



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO N.º 15/2014

Disponibilização: 28 de julho de 2014

Período abrangido: de 14 a 25 de julho de 2014

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**
- **FLORESTAS**
- **PESCAS**

3. ASSUNTOS EUORPEUS

4. COMÉRCIO

5. CONSUMIDORES

6. CULTURA

7. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

8. EDUCAÇÃO

9. EMPREGO

10. EMPRESAS

- **EMPRESAS PÚBLICAS**

11. ENERGIA

12. FINANÇAS

- **BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**



- **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**

13. JUSTIÇA

14. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

16. SAÚDE

17. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**
- **HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**



1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 147/2014, de 18 de julho

(Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Aprova o regulamento do concurso de acesso à categoria de conselheiro de embaixada e revoga a Portaria n.º 246/2013, de 5 de agosto.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA**

Despacho n.º 9360/2014, de 18 de julho

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete da Ministra)

Determina a atribuição de subsídio às organizações de âmbito nacional representativas dos agricultores portugueses e filiadas em organizações profissionais europeias.

- **FLORESTAS**

Despacho n.º 9361/2014, de 18 de julho

Ministério da Agricultura e do Mar - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária

Estabelece medidas a aplicar no fabrico de colmeias e ninhos de madeira de coníferas.

- **VITIVINICULTURA**

Despacho normativo n.º 8/2014, de 17 de julho

(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura)

Determina a fixação das normas complementares de execução, dos critérios de legibilidade e de prioridade, e dos procedimentos administrativos a observar na distribuição de direitos de plantação provenientes de reserva, para a instalação de vinhas.



3. ASSUNTOS EUROPEUS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-A/2014, de 25 de julho
(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2012, de 14 de março, que cria a estrutura de gestão dos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 em Portugal e aprova as respetivas regras de operacionalização.

4. COMÉRCIO

Aviso n.º 8266/2014, de 16 de julho
(Ministério das Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças)

Torna públicas as taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 2.º semestre de 2014.

5. CONSUMIDORES

Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho
(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada previsto na Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procedeu à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, relativamente aos serviços públicos de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

6. CULTURA

Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2014/A, de 15 de julho
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2008/A, de 30 de abril, que regulamenta o regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores.



Resolução da Assembleia da República n.º 69/2014, de 18 de julho
(Assembleia da República)

Institui o Dia Internacional da Língua Portuguesa.

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/A, de 24 de julho
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, que define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoios destinados à respetiva inventariação, recuperação, preservação e utilização.

7. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

Portaria n.º 564/2014, de 16 de julho

(Ministério da Defesa Nacional - Marinha - Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada)

Determina a passagem ao estado de desarmamento do NRP Bacamarte para abate a partir de 25 de julho de 2014.

8. EDUCAÇÃO

Portaria n.º 142/2014, de 14 de julho

(Ministério da Educação e Ciência)

Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2014-2015.

Portaria n.º 143/2014, de 14 de julho

(Ministério da Educação e Ciência)

Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2014-2015.

Despacho n.º 9083/2014, de 15 de julho

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior)

Cria a comissão para a avaliação piloto dos planos de melhoria de gestão das instituições de ensino superior públicas.

Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho

(Ministério da Educação e Ciência)

Regula os concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, e ao Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março



Despacho n.º 9238-A/2014, de 16 de julho

(Ministério da Educação e Ciência - Direcção-Geral do Ensino Superior)

Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos referentes ao concurso nacional de acesso e ingresso no ensino superior público para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2014-2015.

Despacho n.º 9302/2014, de 17 de julho

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Determina o número de créditos de tempos letivos a atribuir para o Programa de Desporto Escolar no ano letivo de 2014-2015.

Despacho n.º 9316-A/2014, de 17 de julho

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Altera o Despacho n.º 14293-A/2013 de 5 de novembro de 2013 que define o calendário de realização da prova de conhecimentos e capacidades, as condições de aprovação e os valores a pagar pela inscrição, consulta e pedido de reapreciação da mesma.

Despacho normativo n.º 8-A/2014, de 17 de julho

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior)

Aprova o Regulamento do Programa Retomar.

Despacho n.º 9456-D/2014, de 21 de julho

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior)

Fixa os limites de vagas para ingresso nos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado em cada par instituição/ciclo de estudos através dos concursos especiais para acesso e ingresso no ensino superior e dos concursos de mudança de curso e de transferência para o 1.º ano curricular.

Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2014/A, de 23 de julho

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, que estabeleceu o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas.

Declaração de retificação n.º 760/2014, de 24 de julho

(Ministério da Educação e Ciência - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Retifica a Deliberação n.º 1175/2014, de 29 de maio, relativa aos requisitos para a candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro, 2015-2016 e homologa as propostas apresentadas pelas Instituições de Ensino Superior.

Decreto Legislativo Regional n.º 6/2014/M, de 25 de julho

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime de concurso externo extraordinário com vista ao ingresso na carreira dos docentes contratados que satisfaçam necessidades permanentes das escolas



Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014/M, de 25 de julho
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Altera o regime dos concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação especial na Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2013/M, de 17 de julho.

Despacho n.º 9633/2014, de 25 de julho
(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Atualiza o calendário da implementação das Metas Curriculares das disciplinas constantes do Anexo I do Despacho n.º 15971/2012, de 14 de Dezembro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-C/2014, de 25 de julho
(Presidência do Conselho de Ministros)

Autoriza a realização da despesa com a aquisição de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação do continente, nos anos letivos de 2014-2015 a 2016-2017.

9. EMPREGO

Portaria n.º 149-A/2014, de 24 de julho
(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Cria a Medida Estímulo Emprego.

Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho
(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Segunda alteração à Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, que cria a medida Estágios.

10. EMPRESAS

- ***EMPRESAS PÚBLICAS***

Despacho n.º 9326/2014, de 18 de julho
(Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro)

Autoriza a manutenção da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pelo Metropolitano de Lisboa, E. P. E., junto do Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial dos projetos «Metropolitano de Lisboa I/2 (EIB/ED)» e «Metropolitano de Lisboa II».



Despacho n.º 9456-A/2014, de 21 de julho
(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Determina o montante referente à prestação pecuniária inicial a efetuar pelo concorrente vencedor no processo de reprivatização da Empresa Geral de Fomento, S.A..

Despacho n.º 9456-B/2014, de 21 de julho
(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Determina a prestação de garantia bancária no âmbito do processo de reprivatização da Empresa Geral de Fomento, S.A..

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47-B/2014, de 25 de julho
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o prazo de indisponibilidade das ações, no âmbito do processo de reprivatização do capital social da Empresa Geral de Fomento, S. A..

11. ENERGIA

Diretiva n.º 12/2014, de 14 de julho
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova o Manual de Procedimentos para a Repercussão das Taxas de Ocupação do Subsolo.

Despacho n.º 9480/2014, de 22 de julho
(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Determina os valores para efeitos da remuneração do diferimento da repercussão nas tarifas de energia elétrica de 2014 do montante não repercutido do ajustamento anual da compensação devida pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia, referente ao ano de 2012.

12. FINANÇAS

- ***BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS***

Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2014, de 21 de julho
(Banco de Portugal)

Revoga os Avisos do Banco de Portugal n.ºs 1/2002, 10/2003 e 10/2005, relativos às cobranças por débito direto e às cobranças intrabancárias por débito em conta.



Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2014, de 23 de julho

(Banco de Portugal)

Determina a aplicação às instituições de moeda eletrónica dos Avisos do Banco de Portugal n.ºs 3/2008, 10/2008 e 8/2009.

Aviso n.º 8556/2014, de 25 de julho

(Ministério das Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças)

Publica a taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB), no âmbito do crédito bonificado à habitação, a vigorar entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2014.

• **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

Decreto Legislativo Regional n.º 5-A/2014/M, de 23 de julho

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Altera o regime jurídico da derrama regional.

Portaria n.º 149/2014, de 24 de julho

(Ministério das Finanças)

Procede à regulamentação do Decreto-Lei n.º 21/2013, de 15 de fevereiro, relativo ao regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos e revoga a Portaria n.º 767/2007, de 9 de julho.

• **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**

Declaração de retificação n.º 721/2014, de 15 de julho

(Ministério das Finanças - Direção-Geral do Orçamento)

Retifica a conta provisória de janeiro a março de 2014.

13. JUSTIÇA

Acórdão n.º 466/2014, de 17 de julho

(Tribunal Constitucional)

Decide não conhecer do pedido de declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 3.º, alínea a), do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na parte respeitante à expressão «Para efeitos de aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), entende-se por: a) 'Dirigentes', aqueles que se encontram investidos em cargos políticos».



Acórdão n.º 467/2014, de 17 de julho
(Tribunal Constitucional)

Decide não declarar a ilegalidade da norma do artigo 59.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, que aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

14. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Lei n.º 45/2014, de 16 de julho
(Assembleia da República)

Autoriza o Governo a introduzir disposições de natureza especial em matéria de regime das contraordenações, no contexto da criação de um regime excecional e extraordinário de regularização a aplicar aos estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, e a consagrar normas especiais em matéria da aplicação de medidas de tutela da legalidade administrativa.

15. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2014/A, de 15 de julho
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2008/A, de 30 de abril, que regulamenta o regime geral dos arquivos e do património arquivístico da Região Autónoma dos Açores.

Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2014/A, de 23 de julho
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/A, de 28 de março, que estabeleceu o regime de distribuição de almoço durante os períodos de férias e interrupções letivas.

Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014/A, de 24 de julho
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, que define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoios destinados à respetiva inventariação, recuperação, preservação e utilização.

Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/A, de 24 de julho
(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Altera a Orgânica do XI Governo Regional dos Açores.



- **MADEIRA**

Decreto Legislativo Regional n.º 5-A/2014/M, de 23 de julho
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Altera o regime jurídico da derrama regional.

Decreto Legislativo Regional n.º 6/2014/M, de 25 de julho
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Estabelece o regime de concurso externo extraordinário com vista ao ingresso na carreira dos docentes contratados que satisfaçam necessidades permanentes das escolas

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2014/M, de 25 de julho
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Altera o regime dos concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação especial na Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2013/M, de 17 de julho.

16. SAÚDE

Despacho n.º 9082/2014, de 15 de julho
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Atualiza os anexos I e II do despacho n.º 18419/2010, de 2 de dezembro (Define as condições de dispensa e utilização de medicamentos prescritos a doentes com artrite reumatóide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite idiopática juvenil poliarticular e psoríase em placas).

Despacho n.º 9183/2014, de 16 de julho
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2014-2015, emitidas a partir de 1 de julho de 2014, são válidas até 31 de dezembro do corrente ano.

Despacho n.º 9184/2014, de 16 de julho
(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Estabelece disposições relativamente à prestação de cuidados de saúde primários do trabalho nos Agrupamentos de Centros de Saúde.



Despacho n.º 9299/2014, de 17 de julho

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS, EPE), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) que determinam as condições de fornecimento de Medicamentos Antipsicóticos.

Despacho n.º 9456-C/2014, de 21 de julho

(Ministério da Saúde - Gabinete do Ministro)

Princípios orientadores referentes ao Código de Conduta Ética dos Serviços e Organismos do Ministério da Saúde.

Despacho n.º 9483/2014, de 22 de julho

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS, EPE), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) que determinam as condições à prestação de serviços de cuidados técnicos respiratórios domiciliários.

17. TRABALHO

• FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Portaria n.º 148/2014, de 18 de julho

(Ministério da Administração Interna)

Estabelece o conteúdo e a duração dos cursos do pessoal de segurança privada e as qualificações profissionais do corpo docente, e regula a emissão de certificados de aptidão e qualificação profissional do pessoal de segurança privada e a aprovação, certificação e homologação dos respetivos cursos de formação profissional.

Despacho n.º 9363/2014, de 18 de julho

(Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, do Ensino Superior e do Emprego)

Fixa o referencial de competências conjunto para as profissões de técnico de cardiopneumologia e de técnico de neurofisiologia.

Despacho n.º 9408/2014, de 21 de julho

(Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, do Ensino Superior e do Emprego)

Fixa o referencial de competências conjunto para as profissões de técnico de medicina nuclear, de técnico de radiologia e de técnico de radioterapia.



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



Despacho n.º 9409/2014, de 21 de julho

(Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, do Ensino Superior e do Emprego)

Fixa o referencial de competências conjunto para as profissões de técnico de análises clínicas e de saúde pública e de técnico de anatomia patológica, citológica e tanatológica.

Portaria n.º 149-B/2014, de 24 de julho

(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Segunda alteração à Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, que cria a medida Estágios.

- **HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO**

Despacho n.º 9184/2014, de 16 de julho

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Estabelece disposições relativamente à prestação de cuidados de saúde primários do trabalho nos Agrupamentos de Centros de Saúde.

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2014, de 22 de julho

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina o início do processo de abertura à iniciativa privada dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Sociedade Transportes Coletivos do Porto, S.A., e Metro do Porto, S.A., através da subconcessão dos serviços.